



Proc. N.º	8518/22
Folha. N.º	32
Rub.	02

À Comissão de Elaboração de Editais,

Trata-se de processo administrativo objetivando a aquisição de materiais de iluminação e decoração para eventos municipais, como as festas de fim de ano. Considerando os elementos carreados nos autos, indico a utilização do Pregão na modalidade Presencial pelos fundamentos a seguir expostos.

Inicialmente, há de se considerar que a opção pela modalidade de pregão presencial é a possibilidade de se imprimir maior celeridade à contratação de bens e serviços comuns, sem prejuízo à competitividade.

A referida espécie permite inibir a apresentação de propostas insustentáveis que atrasariam os procedimentos da modalidade eletrônica e aumentariam seus custos, além de conferir a possibilidade de esclarecimentos imediatos durante o pregão presencial e facilidade na negociação de preços, verificação das condições de habilitação e execução da proposta.

Ainda nesse norte, saliente-se que o pregão presencial confere a capacidade de esclarecimentos imediatos durante a sessão do pregão presencial, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar o procedimento licitatório (prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993), verificação imediata das condições de habilitação e execução da proposta, manifestações recursais, proporcionando maior celeridade aos procedimentos, visto, em regra, ocorrerem na própria sessão pública, sem prejuízo da competição de preços.

Importante ainda consignar que a optar pelo pregão presencial decorre de prerrogativa de escolha da Administração fixada pela Lei nº 10.520/02, não produzindo alteração no resultado final do certame. Ao contrário: permite maior redução de preços em vista da interação do pregoeiro com os licitantes, não olvidando, por sua vez, que o art. 20 da Lei 8.666/1993 dispõe que "as licitações serão efetuadas no local onde se situar a repartição interessada, salvo por motivo de interesse público, devidamente justificado."

Aponte-se que dada a natureza do objeto, qual seja, prestação de diversos serviços relativos à organização de eventos municipais, interessa à municipalidade que as licitantes estejam dentro de um raio de atendimento

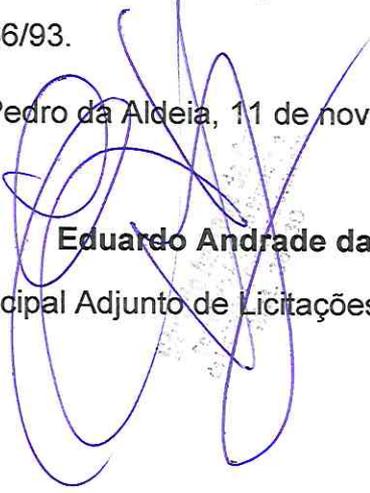


razoável para que o deslocamento não importe em atraso na execução, além de fortalecer o desenvolvimento do comércio local deste Município.

Sendo assim, a escolha da modalidade Pregão Presencial é a que melhor se adequa a contratação do objeto do certame, uma vez que a Administração Pública tem o poder discricionário para decidir acerca da escolha da modalidade de licitação, de acordo com sua necessidade e conveniência, desde que motivadas.

Por fim, com a devida justificativa sobre o ponto de vista da celeridade sem prejudicar, entretanto, a escolha da proposta mais vantajosa, eis que presente a fase de lances verbais, o Pregão Presencial se configura como meio fundamental para aquisição de bens e serviços comuns pela Administração Pública de forma mais célere e vantajosa em detrimento às outras formas elencadas na Lei 8.666/93.

São Pedro da Aldeia, 11 de novembro de 2022.


Eduardo Andrade da Cruz

Secretário Municipal Adjunto de Licitações, Contratos e Convênios.